PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

MONIQUE MENEZES

Realizar a entrevista com a Gabriela Tarouco foi uma mistura interessante de sentimentos. Como já nos conhecíamos há muitos anos, mas ficamos muito tempo sem nos falar, achei muito bom poder entrevistá-la. Foi uma forma de rever uma amiga. Antes de iniciarmos a entrevista, conversamos um pouco sobre nossas vidas privadas, os caminhos que seguimos desde o período em que eu fazia mestrado e ela doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

Do ponto de vista profissional, a entrevista também foi bem curiosa, pois foi possível entender como outras integrantes da área se sentiam no ambiente acadêmico e a sua relação com os professores homens. Percebi que temos diferenças, mas também muitas semelhanças. As práticas de preconceito contra as mulheres são semelhantes, mas percebi que onde trabalho as minhas colegas se impõem mais, aparentemente. No fim das contas, acho que nos expomos mais do que as mulheres do departamento da Gabriela, mas isso se refere a opções que cada uma resolve escolher. Com isso, percebi que o meu departamento é mais conflituoso do que o ambiente de trabalho descrito pela Gabriela.

Em resumo, foi uma experiência muito instigante e diferente de outros trabalhos, pois estava investigando a própria área em que atuo e senti que isso representou uma atividade diferente de outros projetos de pesquisa.

Auto-apresentação

GABRIELA TAROUCO

Sou professora no departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde 2009. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Ciência Política também pela Unicamp e doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), tenho me dedicado a estudar partidos políticos e eleições.

Minha produção inclui trabalhos sobre o sistema partidário brasileiro, ênfases programáticas dos partidos e análises comparadas sobre instituições eleitorais. Atualmente, minha agenda de pesquisa se volta para o estudo da Governança Eleitoral e da Regulação Partidária na América Latina. Publicações mais recentes incluem os Cadernos CRH, o *Election Law Journal*, um capítulo em livro eletrônico da *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política* (Alacip) e um capítulo em livro da *Routledge*.

Destaco, na trajetória, as duas experiências internacionais: o período de doutorado sanduíche na *University of Notre Dame* (2005) e o estágio pós-doutoral na *University of Pittsburgh* (2014). Redes de cooperação incluem coautorias com alunos e colegas e a participação na *Electoral Management Research Network*.

Compartilho dados de pesquisa e material de ensino no blog: https://pesquisapartidos.wordpress.com.

Entrevista

Monique Menezes: *Bom dia, Gabriela. Você poderia apresentar um pouco a sua trajetória profissional na Ciência Política? Suas filiações institucionais, em que lugar estudou, trabalhou e o que está fazendo atualmente? Não tenha pressa.*

Gabriela Tarouco: Olá, bom dia. A minha trajetória começou há muito tempo. Fiz a graduação em Ciências Sociais e depois o mestrado em Ciência Política, ambos na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. Assim que terminei o mestrado, consegui um emprego e fui ser professora de Ciência Política em uma universidade estadual no Sul da Bahia, em Ilhéus.

MM: *Quando foi isso?*

GT: Foi em 1999.

MM: *Quando começou a faculdade?*

GT: Não, quando comecei a dar aula.

MM: *E começou a faculdade de Ciências Sociais quando?*

GT: Sério que você quer saber isso?

MM: *Ah... (risos)*

GT: Estou brincando (risos). Comecei a graduação em 1988, o mestrado em 1992 e comecei a trabalhar em 1999. Fiz um concurso para uma vaga em Ciência Política na Universidade Estadual de Santa Cruz, a Uesc, que fica em Ilhéus, na Bahia. Lá, dei aula de Introdução à Ciência Política para os cursos de Direito e de Economia. Fiquei por quase 10 anos nessa universidade.

MM: *Não era um departamento de Ciência Política?*

GT: Não, era um departamento de Filosofia e Ciências Humanas que abrigava tudo de Humanas: História, Filosofia... Tudo no mesmo departamento. Não havia nada de Ciência Política, somente a disciplina oferecida para os dois cursos: Economia e Direito. No final desse período de 10 anos, participei da criação de um curso de graduação em Ciências Sociais. Ministrei aula somente na primeira turma, pois vim direto para Pernambuco, onde estou desde 2009. Aqui temos um departamento de Ciência Política. Há graduação, mestrado e doutorado. Estou trabalhando mais na minha área de formação do que antes.

MM: *E o seu doutorado, onde fez? Você não comentou.*

GT: Fiz doutorado no Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro] em Ciência Política, de 2003 a 2007, com o Jairo Nicolau.

MM: *Você viajou, conseguiu bolsa sanduíche?*

GT: Sim, consegui bolsa sanduíche em 2005. Passei seis meses em *Notre Dame*, com a supervisão do professor [Scott] Mainwaring. Esse foi o ponto mais alto da minha carreira, uma experiência ótima! E foi muito duro voltar de uma bolsa sanduíche nos Estados Unidos e ter que reassumir, em Ilhéus, a disciplina de Introdução à Ciência Política para os cursos de Economia e de Direito. Foi uma das coisas que me fez querer sair e vir para Pernambuco.

MM: *O que você estudou na área de Ciência Política, quais foram seus temas de estudo? Você permaneceu com o mesmo tema, ou mudou?*

GT: No mestrado, estudei partidos. Na verdade, fiz uma dissertação sobre um partido específico, estudei a inserção no sistema político do PFL. Já no doutorado, fiz uma análise do conteúdo dos manifestos dos maiores partidos da época para saber se os conteúdos das propostas das emendas à Constituição tinham a ver com as plataformas desses partidos. Também estudei um pouco de políticas públicas, pois, na Uesc, havia uma demanda na área de Políticas Públicas e investi um pouco nisso enquanto dava aula para a Economia e para o Direito. Em Pernambuco, assim que cheguei, também precisaram de professores nesta área e acabei dando umas disciplinas. Mas o que mais faço, e o que realmente gosto, é trabalhar na área de partidos, eleições e instituições.

MM: *Você falou que está em Pernambuco como professora de Ciência Política, mas você assumiu alguma outra função? Em Ilhéus, você só ministrou aula?*

GT: Lá em Ilhéus não assumi nenhum cargo, só dava aula; mas não gosto de usar esta palavra "só", porque eu dava muita aula! Em Pernambuco, o curso de graduação tinha acabado de começar quando cheguei e logo fui nomeada vice-coordenadora da graduação.

MM: *Como foi a experiência?*

GT: Foi ótima! Adoro a graduação em Ciência Política e participar da construção do curso foi muito bom. O trabalho administrativo, porém, é muito cansativo, toma muito tempo, muita energia... As outras áreas da carreira param por causa do trabalho administrativo. No meu caso, parou. Em outra gestão da coordenação, fui vice-coordenadora novamente e depois coordenadora da pós-graduação. Hoje, sou vice-coordenadora da graduação mais uma vez. É muito difícil escapar quando o departamento é pequeno, sempre sobra algum piano administrativo para carregar.

MM: *Mas vocês fazem um revezamento, ou algumas pessoas ficam sobrecarregadas?*

GT: Nenhum revezamento.

MM: *Você tem alguma relação institucional com outras pós-graduações, por exemplo, aqui no Nordeste ou no Sudeste?*

GT: Tenho. Sou credenciada em um programa da Universidade Federal de Campina Grande [UFCG]. Lá, eles têm mestrado em Ciência Política e dou orientação, além de já ter dado aula – no semestre passado dei uma disciplina. E aqui na UFPE [Universidade Federal de Pernambuco] tem um mestrado profissional em Políticas Públicas, no qual atuo também. Não é exatamente dentro do nosso departamento, mas é da universidade. Então são três programas.

MM: *E em relação à publicação, Gabriela, você pode falar um pouco do que você publicou, do que já escreveu?*

GT: Publico bem menos do que gostaria. Tenho algumas coisas publicadas sobre a área dos partidos. Investi bastante tempo neste estudo de programas e manifestos, por isso quase tudo que tenho é nesta área – e não é muita coisa. Tenho apenas duas publicações internacionais. Na verdade, não sou muito produtiva (risos), pois isso demora muito, é um grande esforço, demanda tempo! Estou sempre envolvida com tantas coisas... Mas tenho algumas publicações, bem menos do que gostaria de ter.

MM: *Quais foram e são os principais influenciadores em seu trabalho? Obras, autores, teoria... Quem vem a sua mente que você possa citar?*

GT: Os meus orientadores, especialmente a Argelina Figueiredo, que foi minha orientadora no mestrado. É uma inspiração como profissional, um modelo. O trabalho dela me serve como guia até hoje. O Jairo Nicolau, que foi meu orientador no doutorado, também me serve como inspiração. É mais ou menos um guia intelectual. Aquela literatura neoinstitucionalista que estudamos tanto no doutorado também me marca muito. Tenho cuidado para não tratar as instituições, ou o estudo das instituições, como uma coisa dogmática ou doutrinária, mas tem, na minha formação, uma ênfase nas instituições. Recentemente, estou tentando investir em uma literatura não institucionalista, mas o mais forte na minha formação e na aplicação que faço é a literatura de instituições mesmo.

MM: *Mais alguma obra específica que você queira citar, algum professor...*

GT: Sim. O primeiro trabalho da Argelina no projeto seminal sobre o Congresso. É um artigo que saiu na revista Dados, em 1995, sobre os partidos. Esse artigo, que li no mestrado, é o principal. Nunca vou me esquecer dele, o cito até hoje. E tem uma autora internacional que me inspira muito também, a Pippa Norris. Ela escreve sem parar, é muito difícil escolher uma obra que seja importante. Particularmente, gosto de um livro chamado *Driving Democracy*, que é sobre instituições e democracia. Teria essas duas como maiores referências: a Argelina, com os partidos no legislativo brasileiro, e Pippa Norris, com as instituições e a democracia.

MM: *Durante a sua trajetória – você falou em graduação, mestrado e doutorado – você contou com algum apoio financeiro institucional para seguir nas áreas de pesquisa? Atualmente, você tem alguma bolsa?*

GT: Sempre. Atualmente não tenho nenhum apoio financeiro, mas, na graduação, tive bolsa de iniciação cientifica por dois anos de fontes diferentes: uma da Funcamp – que é a fundação da Unicamp – e a outra do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Também tive bolsa no mestrado e no doutorado. A do doutorado foi dada pela Fundação Estadual da Bahia, porque eu era funcionária da universidade estadual. Me afastei para fazer o doutorado e ganhei a bolsa da Fapesb [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia]. Essas bolsas foram fundamentais, não é possível fazer algo sem as bolsas, reconheço isso e agradeço sempre por ter recebido. Tive também uma bolsa Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] para o sanduíche e uma da Fulbright para o *pós-doc*. Já tive financiamento de projetos pelo CNPq, já tive financiamentos para viagens, mas não tenho financiamento nenhum agora. Faz muitos anos que, ou não tem edital, ou, quando tem, só ganho elogio, não dinheiro. Uma coisa interessante aqui em Pernambuco é que a pró-reitoria de pesquisa tem uns editais internos que nos dão alguns recursos, assim conseguimos auxílio para viajar, por exemplo. E tem um edital, que eles chamam de

"PQ", destinado àqueles candidatos de bolsa produtividade que tiveram mérito reconhecido – como eu tive algumas vezes sem chegar à bolsa. A pró-reitoria dá um auxílio para o projeto e para viagens.

MM: *Você recebeu este auxílio?*

GT: Sim, por dois anos seguidos a pró-reitoria me deu esse auxílio. Foi com ele que consegui fazer viagens para congressos internacionais.

MM: *E você tem bolsista do CNPq, ou Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica]?*

GT: Tenho três bolsistas de iniciação científica do CNPq, uma da Fundação aqui de Pernambuco, a Facepe [Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco], e tenho um que é voluntário.

MM: *Terem essa bolsa para atuarem no projeto é importante para eles, ou não faria tanta diferença?*

GT: É importante. Talvez alguns alunos continuassem trabalhando mesmo sem a bolsa, mas, para a maior parte deles, é o que os mantêm aqui. Muitos vêm de outras cidades e a vida em Recife não é fácil, mesmo para quem mora aqui. Alguns têm muita dificuldade de vir para a universidade. A bolsa faz uma diferença enorme, com certeza.

MM: *Vamos mudar um pouco, vamos falar da relação da sua trajetória acadêmica e sua vida privada. Sua trajetória profissional foi afetada pela sua vida privada e vice-versa? Se sim, como foi?*

GT: Essa é uma pergunta difícil. Acho que tem mais influência da vida acadêmica sobre a vida privada do que o contrário. Porque não tenho família que more comigo, não tenho filhos... Não tenho esse efeito que outras pessoas possam dizer. Por conta disso, já morei em várias cidades diferentes, já fiz bolsa sanduíche, já fiz *pós-doc*. Posso aproveitar as oportunidades que surgem sem consultar ninguém. Tenho uma autonomia maior de adequar minha vida privada à minha vida profissional, do que outras pessoas que têm família, pois têm que negociar com os membros dessa família.

MM: *Você acha que tem diferença entre homens e mulheres, por exemplo, quando tem esta questão de negociação com a família?*

GT: Tenho certeza que tem diferença, tenho toda certeza. A liberdade que tenho, muitas colegas mulheres não têm exatamente porque não se cogita uma mulher passar um ano fora e deixar os filhos com o pai, mas colegas homens deixam os filhos com a mãe, é o que vejo. Isso não me afeta pessoalmente, porque não tenho nem filhos, nem marido, mas vejo isso acontecer com minhas colegas. No meu caso, é a vida profissional afetando a vida privada, porque, para aproveitar as oportunidades profissionais, mudo de cidade.

MM: *Você tem vontade de mudar de novo, Gabriela?*

GT: Fico um pouco dividida para responder essa pergunta. Gosto muito do meu trabalho aqui, mas, às vezes, me dá vontade de mudar também. Porém, a essa altura da carreira, já não tenho mais essa oportunidade.

MM: *Você faria o quê, voltaria para o Sudeste pela sua trajetória acadêmica, ou no sentido de estar mais próxima da família? Porque você falou que estudou em São Paulo, imagino que você seja de lá.*

GT: Tinha muita vontade de ir para o exterior novamente. Se não fosse para me mudar, queria passar mais um período no exterior, mais um ano, fazer mais um *pós-doc*., tenho muita vontade de fazer. Estou fazendo planos para isso.

MM: *E você acredita que essa relação entre a vida privada e a atuação profissional se dá diferente entre homens e mulheres, você vê essa diferença? E dentro da universidade, você percebe também diferenças de visão de trabalho, alguma coisa nesse sentido?*

GT: Muita diferença. Os trabalhos administrativos estão, majoritariamente, sob as responsabilidades das minhas colegas mulheres. Nós somos poucas mulheres no meu departamento.

MM: *São quantas?*

GT: São três efetivas e uma visitante. Todas nós temos algum cargo administrativo. Entre os homens, é mais difícil convencê-los a assumirem esses cargos.

MM: *E isso não é colocado na reunião?*

GT: Claro que é. Mas você não pode obrigar uma pessoa a assumir um cargo. A negociação é muito difícil.

MM: *Isso tem relação com o que você falou sobre a produtividade? Estas pessoas utilizam isso como argumento "ah eu não posso, porque estou em um projeto".*

GT: Sim, exatamente. Não temos como fugir, é um círculo. Um argumento que vem é: "O colega está produzindo muito, não é justo tirar o tempo dele da produção e colocá-lo em um cargo administrativo, pois produzir muito é bom para o departamento, deixe-o continuar produzindo". Ou seja, não é justo interromper esta produção para colocar o sujeito em um cargo administrativo. Quem está em um cargo administrativo não produz muito, porque gasta o seu tempo e seu esforço na gestão, portanto não tem esse argumento para dizer: "Eu sou produtiva, então mereço que meu tempo seja reservado para a pesquisa ao invés de ficar administrando". Não tem muito como fugir. Você não produz, ou produz pouco, não tem argumento para escapar da gestão e nada acontece.

MM: *Você vê isso em outras áreas dentro da universidade, por exemplo, na Sociologia, ou a própria Antropologia? Não sei se vocês têm aí.*

GT: Tem, mas preciso confessar que não tenho nenhum conhecimento do funcionamento das outras áreas. Isso é uma coisa bem estranha que temos aqui: funcionamos todos no mesmo prédio – um prédio de 14 andares –, mas não sabemos nada uns dos outros. Cada um fica em seu andar e só nos encontramos no elevador. Honestamente, não sei como funciona nas outras áreas.

MM: *Você acha que, na universidade, isso também se reproduz na administração superior? Aqui na UFPI [Universidade Federal do Piauí] chamamos de administração superior. Por exemplo, os pró-reitores, o próprio reitor ou reitora... Nesse caso, há uma inversão? Tem mais homens ou as mulheres também são mais representadas?*

GT: Na administração superior há mais homens, com certeza. Quando há mulheres, estão na pró-reitoria de assistência estudantil, ou na gestão de pessoal, essas coisas.

MM: *E você acha que é por ser mais valorizado do que na chefia de departamento?*

GT: Sim, acho que dá mais *status* ser pró-reitor do que ser coordenador de curso. Se alguém está interessado em trabalhar na gestão, terá mais incentivos para um cargo que tem uma gratificação mais alta e uma projeção maior, imagino.

MM: *Você falou que está como vice-coordenadora. E quem é o coordenador, homem ou mulher?*

GT: É homem. É o Adriano Oliveira.

MM: *Pelo menos eles revezaram. Vamos falar um pouco da condição da mulher na Ciência Política e avaliações sobre o campo disciplinar na área. Como você avalia os caminhos da academia, mais especificamente do campo da Ciência Política, no Brasil, nas últimas décadas? Quais foram as virtudes, os limites de um modo mais amplo e depois, especificamente, sobre a atuação das mulheres?*

GT: A nossa área se desenvolveu bastante nos últimos anos. Acompanhei um pouco quando estava na coordenação da pós. Víamos aqueles relatórios dos programas se multiplicando e poderia ser mais rápido, poderia ter crescido mais, mas teve algum crescimento na área nos últimos anos – o que acho bem interessante. Claro, temos umas lacunas para resolver e tem uma, em específico, que só me dei conta agora com a presença de uma colega visitante da área de comportamento eleitoral e opinião pública: não tínhamos ninguém nessa área. Com a presença dela, percebi como essa área é pouco desenvolvida no Brasil, como poucas pessoas estudam comportamento e opinião pública, poucas dão disciplina sobre isso. Não temos nem livros traduzidos para o português! A área é pequena e, assim, continua pequena.

MM: *Ela seria ocupada por outros profissionais? Pelo pessoal de Comunicação?*

GT: Exatamente. Esse assunto é um bom campo de trabalho para a Ciência Política e quem está mexendo é o pessoal de *Marketing* e de Comunicação, mais o de Comunicação mesmo. É uma coisa boa, para a Ciência Política, investir nisso. Além do mais, talvez precisasse de algum padrão para ser seguido pelos departamentos. Não se tem, por exemplo, diretrizes curriculares para a graduação. Não sei se seria indispensável, mas algum padrão para seguirmos mais uniforme entre os departamentos.

MM: *Queria te fazer duas perguntas, já que você tocou nessa questão de uniformização. Como você avalia o apoio da área, por exemplo, a criação das regionais também do ponto de vista para a inserção no mercado de trabalho, dado que vocês possuem uma graduação? Porque a nossa ideia, antes, era mestrado, doutorado e acabávamos virando professores, íamos dar aula – isso para quem está fora de Brasília, quem está em Brasília tem outras oportunidades. Os alunos da graduação que se formam aí têm oportunidades? Tem algum apoio institucional, por exemplo, da regional da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política]? Como você avalia?*

GT: Não. A nossa regional consegue ser um intermediário de comunicação, mas não tem muito apoio prático, e não tem nem como ter. Só a intermediação e a comunicação já é uma grande coisa. Mas, para o mercado de trabalho, não sei se está fazendo alguma diferença. Os alunos procuram as oportunidades e acham. Eles estão dando assessorias e consultorias, estão se inserindo nos empregos mais variados que se possa imaginar.

MM: *E vocês têm alunos, por exemplo, que vão para outros lugares?*

GT: Sim. Eles querem sair, ir para USP [Universidade de São Paulo] ou para a UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. Poucos ficam por aqui.

MM: *Não, digo os que terminam mestrado e doutorado, para se inserirem na carreira acadêmica.*

GT: Para trabalhar? Sim, ficam no Nordeste. Por exemplo, este programa de Campina Grande é formado quase todo por egressos daqui de Pernambuco. E tem mais outros cursos, especialmente na Paraíba, cheios de professores formados aqui. Isso porque já estão lá. Vem para cá, fazem doutorado e voltam para dar aula. Isso tem bastante. Na Paraíba tem muitos ex-alunos nossos. Acho que agora, em Alagoas, há um grupo de ex-alunos que estão desenvolvendo um programa. Temos egressos daqui pelo Nordeste sim. Especialmente na Paraíba e em Alagoas.

MM: *Você acha que ainda há na área campo para expansão na região Nordeste, que é a que você conhece mais? Acha que poderia ter outros programas, ou mais graduações?*

GT: Acho sim. Tem espaço tanto para a graduação, quanto para a pós-graduação. Na Federal da Bahia [UFBA], por exemplo, eles têm Ciências Sociais, Relações Internacionais, mas não têm pós em Ciência Política. Acho que no Rio Grande do Norte tem Políticas Públicas, mas não sei se tem Ciência Política. Creio que tenha sim espaço, pois já há pesquisadores mexendo com estes temas, mas estão inseridos em programas de outras áreas. E isso é uma dificuldade, eles precisam publicar nas revistas da Sociologia que não estão inseridas, porque as publicações são de outras áreas. Tem espaço sim. Ontem fiquei sabendo que está sendo criada mais uma graduação em Ciência Política em Recife, na Universidade Católica.

MM: *Quando comecei a falar da temática da área, você falou, principalmente, dos limites dela. Você destacaria alguma virtude no campo nas últimas décadas?*

GT: Nestas duas décadas, o que aconteceu foi a regularidade dos encontros da ABCP, tivemos essa vantagem. Gerações anteriores não tinham estes congressos, aconteceram um ou dois há muitos anos e agora tem acontecido com regularidade e isso é bem legal. Temos um bom espaço na Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] também. Com a regularidade dos encontros da ABCP, nossa participação na Anpocs poderia ter diminuído, mas não diminuiu – o que é um bom sinal. Temos um trabalho dentro da Capes que está bem consolidado e vem melhorando ao longo dos anos, temos uma comissão de área na Capes... Algo que necessita melhorar é a avaliação de periódicos, mas isso é um desafio para o futuro – e, honestamente, não sei o que dizer sobre como melhorar isso.

MM: *Você fala em relação à questão da avaliação da Capes?*

GT: É, do *qualis*. Sei que temos que dar incentivo às revistas nacionais, mas seria bom que houvesse um padrão melhor do que o nosso, mais valorizado. Honestamente, este é um desafio que está mais à frente para fazermos.

MM: *Por um tempo, você foi coordenadora da pós-graduação. Tem alguma crítica em relação à avaliação da Capes? Porque tem na área, mas não há muito consenso. Há quem diga que a Capes acaba matando e você falou agora dos periódicos, tem a questão da Scielo...*

GT: Considero que há várias virtudes e vários problemas. Tem que ter uma avaliação, porque é dinheiro público, tem sim que ser avaliado como está sendo gasto esse dinheiro. A avaliação que pude acompanhar bem de perto durante a minha gestão tem várias qualidades: a transparência, a *accontabilitty*, está mais ágil... Contam que, antigamente, era um caos fazer estes relatórios e agora as coisas estão mais fáceis. Tem muita coisa boa, mas tem, também, uns pontos fracos como a avaliação da nossa produção. Com essa pontuação dos periódicos, esse *qualis*, os pesquisadores escolhem as revistas em que vão publicar por elas terem sido bem avaliadas. Com isso, as novas revistas não vão nunca melhorar, porque as pessoas não vão mandar publicação para novas revistas com *qualis* não tão bem avaliado. Não acho o critério em si ruim, mas deve ter um jeito de melhorar essa avaliação dos periódicos, porque, no final das contas, estamos premiando quem tem algum tipo de produção, e não necessariamente a melhor produção. A melhor produção deveria ser incentivada sim, só não sei se é isso que estamos fazendo. Estamos premiando um tipo de produção, que é a produção nestas revistas, a produção incentivada pela avaliação do programa, mas não necessariamente é a melhor produção. Este é um ponto frágil na avaliação que acaba induzindo um tipo de produção que não é, necessariamente, a melhor.

MM: *Como você avalia a sua condição como mulher na academia, especificamente na Ciência Política? Havia perguntado antes se você via diferença em relação às outras áreas na sua universidade e você disse que não tinha atentado para esse comparativo, mas olhando para dentro da área mesmo, em relação aos nossos colegas, como você avalia a sua condição, como você avalia a posição das mulheres na nossa área e a sua posição como pesquisadora?*

GT: As mulheres têm tido mais oportunidades dentro da área. Quando encontro os meus colegas, por exemplo, nos congressos da ABCP, vejo muitas mulheres e não vejo nenhuma diferença, não vejo nenhum problema. Mas no dia a dia dos departamentos, sei por notícias de colegas que não é igual ser cientista político homem ou mulher, na prática, nos trabalhos dentro das universidades. A Ciência Política é razoavelmente nova, tem poucas mulheres e é muito diferente você ser uma professora de Ciência Política, ou ser um pesquisador de Ciência Política. Até os alunos possuem demandas diferentes para as mulheres e para os homens, há uma tradição da região onde estamos. O mundo é assim, por que a universidade ia ser diferente, não é? Há demandas que são diferentes para cientistas políticos homens e mulheres.

MM: *Gostaria que você desse um exemplo, se puder, principalmente quando diz que ouve de colegas e sobre estas demandas que falou, dos alunos, que seriam diferentes.*

GT: Prefiro falar da minha experiência a dizer o que ouvi dos outros. Os meus colegas homens não recebem algumas demandas que eu e minhas colegas mulheres recebemos tanto de outros colegas, quanto de alunos. Por exemplo, tem algumas demandas que os alunos só encaminham para as professoras mulheres: angústias, dúvidas sobre a carreira, reclamações sobre o comportamento de outros professores... Os alunos nunca batem na porta dos meus colegas homens para falar deste tipo de assunto, sempre recorrem a mim e às minhas colegas mulheres. Não é, em si, um problema, mas ouvir estas demandas e achar soluções no dia a dia dos alunos toma tempo e energia, nos sobrecarregando, e de forma alguma chega a atrapalhar o dia a dia profissional dos meus colegas homens. Existe uma demanda que é maior para nós, mulheres, que é uma demanda delicada; por exemplo, um aluno tem uma reclamação a fazer do ambiente da aula, do ambiente da universidade, ele nunca vai apresentar isso a um professor homem, vai bater na porta das três professoras mulheres que tem aqui.

MM: *Como se elas fossem mães.*

GT: É. As mulheres são as boas professoras e os homens são os doutores pesquisadores. Os alunos nos acessam por motivos diferentes. Não vejo problema em ser vista como uma professora acessível, porém isso toma tempo, energia e é desigual: as mulheres recebem estas demandas e os homens não. No trabalho, às vezes, não diria que meus colegas fazem isso conscientemente, mas tem uma postura de dizer o que fazer, em delegar tarefas específicas para as mulheres, ou esperar que se ocupem de algumas questões de maneira diferente. No dia a dia do trabalho, as questões operacionais são resolvidas pelas mulheres, nunca pelos homens. Essas coisas tomam tempo e esforço. Em atividades coletivas, tudo que demanda organização... Um exemplo prático: quem faz a ata? Aqui na UFPE, tem o funcionário que faz a ata, mas quando não tem, nunca é um homem que faz. Parece óbvio que quem faz a ata é a mulher.

MM: *Na UFPI, quando não tínhamos funcionário, fazíamos rodízio por nome. Mas sempre dava problema mesmo, é verdade. No começo, você disse que, de modo geral, não tem diferença na área como um todo: as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens.*

GT: Me parece.

MM: *E como você percebe a importância que vem adquirindo as demandas em relação a gênero, nos últimos anos, no mundo do trabalho, nas instituições, como as cotas, algumas denúncias de assédio, no mundo do trabalho como um todo e do seu trabalho, que você conhece melhor, na área de Ciência Política? Como você avalia a importância destas questões?*

GT: É crucial. Recentemente, temos tido mais visibilidade para estes problemas. Agora se fala que isso acontece e que atrapalha o estudo, o trabalho. Antes ninguém falava sobre isso, ou falava pelos corredores. E acho que a ABCP está fazendo uma coisa muito legal em criar estas comissões, estes projetos. Oferecer um atendimento para crianças nos congressos é genial! E isso é muito recente, não tinha isso no Brasil. Associações internacionais já faziam e aqui não. É bem recente e estamos andando bem. A necessidade de ter mulheres nas composições dos órgãos diretivos também é ótima. E, por incrível que pareça, não é trivial, não é óbvio. Tem colegas homens que não entendem porque isso é necessário, colegas meus. É uma pena, mas isso é uma coisa de muito tempo. Uma pergunta muito comum: por que não é pelo mérito, por que é pelo gênero que é a composição? É muito difícil, para quem nunca discutiu essas coisas, para quem nunca sofreu com as diferenças, entender isso. Precisamos continuar falando para os colegas homens perceberem.

MM: *É verdade... E você já sofreu algum tipo de situação mais difícil por ser mulher no exercício da profissão?*

GT: Enfrentei algumas dificuldades, mas bem menores do que outras colegas. Já vi colega ser criticada por ter tido filho. Isso não aconteceu comigo, mas já vi acontecer com colega. Já vi colega preocupado por contratar uma funcionária, porque ela pretendia ter filhos, "é uma funcionária nova, mas logo vai se afastar, porque já disse que tem planos de ter filho". Isso é uma barbaridade! Nunca passei por isso, mas já fui acusada de dar um tratamento maternal aos meus alunos. Isso, para mim, soa muito ofensivo, porque não é para ser assim. Tenho que dar um tratamento rigoroso, sério, profissional e não maternal. Não sei se o colega que me disse isso percebeu que estava me ofendendo. Acho isso muito grave de que eu daria um tratamento maternal aos alunos, ele nunca diria que um colega homem dá um tratamento paternal aos alunos. Óbvio, isso só pode acontecer com colegas mulheres. E essas demandas dos alunos que são diferenciadas também me incomodam um pouco, essa ideia de que as professoras mulheres são compreensivas, acessíveis...

MM: *Você acha que tem algum incentivo dos professores homens?*

GT: Acho que sim. Eles dizem: "falem com a professora Gabriela, conversem com a professora Gabriela".

MM: *E o que acha que a ABCP poderia fazer, além do que já citou que tem feito? Alguma ação mais específica que talvez você tenha visto em outro lugar, ou que tenha pensado para essa questão de chamar a atenção para a diferença de gênero, ou acha que o que está sendo feito é suficiente?*

GT: Tem algo que se precisa fazer, mas não sei se é a ABCP que tem que fazer. Seria um estudo sobre a condição das mulheres na academia, na vida profissional. Não sei se seria uma área temática dentro da ABCP e talvez não tenha, ainda, material humano para tanto, mas ter um comitê para avaliar as questões de gênero dentro da profissão. Contratação, bolsa, orientação... Como tudo pode ser analisado do ponto de vista da diferença entre homens e mulheres, pois não temos isso. Ter uma comissão para avaliar se os programas estão favorecendo ou não, e favorecendo de diversas maneiras. Essa questão da licença-maternidade... Avaliar a produtividade de uma mulher não é a mesma coisa que avaliar a produtividade de um homem, porque ela se afasta para ter os filhos. Essas coisas já são discutidas em outros lugares e acho que precisamos fazer isso aqui. Não sei se é a ABCP que tem que fazer, mas ela poderia dar um pontapé: criar um grupo de discussão, fazer um boletim, alguma coisa. Mas olhar para isso. A questão da avaliação da produtividade especialmente, pois não é a mesma coisa, as condições para a produtividade não são as mesmas, de jeito nenhum.

MM: *E a questão das bolsas do CNPq, ou Capes, por exemplo. Você citou que, às vezes, manda um projeto e recebe um elogio, mas não o dinheiro: o seu trabalho está muito bom, foi reconhecido o mérito, mas não temos bolsas suficientes. Quem manda trabalho para o CNPq sabe que a avaliação não é totalmente às cegas, porque a pessoa vai ler seu currículo. Você acha que tem uma diferença por relação de gênero?*

GT: Tenho algumas suspeitas, mas não tenho informação suficiente para avaliar isso.

MM: *Estou falando da sua percepção.*

GT: Tenho a impressão. Às vezes, também sabemos quem deu o parecer, porque a área é tão pequena, sabemos quem trabalha com o quê e quando vem o parecer adivinhamos quem foi, não sei se há como evitar isso. Não é totalmente às cegas, realmente. E esses homens que estão na carreira há muito tempo são de uma geração que não se preocupava com diferenças de gênero, acho difícil incorporarem nas suas decisões alguma preocupação com isso, com produtividade de homens ser diferente de produtividade de mulheres, coisas assim. Mas isso é uma impressão, não sei se é assim que funciona. O que sei é que algumas gerações não estão acostumadas a discutir isso, não enxergam a diferença de gênero na vida acadêmica como um problema, não se dão conta de que há um problema e se não se dão conta, não prestam atenção que um período sem produção de uma mulher é diferente de um período sem produção de um homem. No currículo, isso faz alguma diferença. Mas é só um palpite, não tenho dados para isso. Essa comissão, essa área que poderíamos fazer, poderia começar por essas coisas, como são as avaliações nesses comitês internos? Seria bem interessante.

MM: *E tem alguma coisa que você faria diferente de quando começou sua carreira? Sei que não podemos voltar no tempo, mas, talvez, alguma decisão que tenha tomado, que a tenha levado para um rumo na sua carreira que você faria diferente hoje com a maturidade?*

GT: Não sei... Poderia ter investido mais em projetos na época em que estava menos sobrecarregada com gestão. É uma decisão difícil, tem várias coisas para fazer e você dedica tempo e esforço para pesquisa, aula, gestão, vida pessoal. Hoje, vejo como as atividades de gestão consomem. Houve uma época em minha vida que eu não tinha essa demanda e poderia ter investido mais em pesquisa, em ter publicado mais... Mas como tudo tem dois lados, o investimento em outras coisas também rendem bons frutos. Sou melhor professora hoje, porque investi em dar mais aulas antes.

MM: *E, de modo geral, para fecharmos a entrevista, você está satisfeita como profissional de Ciência Política? Faria outra coisa, ou teria intenção de mudar de área?*

GT: Nunca, adoro a profissão. Não quer dizer que seja perfeita, claro, mas não mudaria de área de jeito nenhum. Quero continuar sendo cientista política na universidade. Podia ter a ambição de ser pesquisadora em algum instituto, mas gosto desta profissão, temos uma boa profissão. Claro, tem que resolver muita coisa, mas não pensaria em mudar de área, de jeito nenhum.

MM: *Está bom, Gabriela. Você quer fazer alguma consideração a mais sobre essa temática das mulheres na Ciência Política, tem alguma coisa que você queira falar?*

GT: Achei muito legal esse projeto, quero logo saber como vai ficar. Não entendi por que fui escolhida para ser entrevistada, mas me sinto muito honrada. Imagino que este projeto seja nessa linha do que precisamos fazer: olhar para o institucional e para a questão das mulheres dentro da profissão, da academia. Isso que falei tem, por exemplo, na Apsa [Associação Americana de Ciência Política]. Tem uma comissão que estuda isso e precisamos investir nisso. Fiquei com a impressão que esse projeto vai nesse caminho, e acho ótimo.

MM: *É nesse sentido. Pegamos pessoas que fizeram parte da expansão da área em diferentes regiões e períodos. Tem um grupo de mulheres mais velhas que nós, que iniciaram de maneira pontual a carreira na década de 1970, quando não havia departamento, nem Ciência Política, basicamente, no país e, a partir dos anos 2000, que é o período que você vem para a região nordeste, ocorre uma expansão na área e uma parte desta expansão se deu através das mulheres. Quer se entender um pouco como é o trabalho que estas mulheres vêm desenvolvendo. É mais neste sentido. Acho que você foi a primeira no departamento de Ciência Política.*

GT: Fui.

MM: *Era um departamento masculino quando você chegou?*

GT: Na verdade, não existia o departamento, existia um programa de pós-graduação em Ciência Política vinculado ao departamento de Ciências Sociais e na pós-graduação não havia mulher. Eu vim para cá exatamente na época em que a graduação foi criada, que foi quando o departamento foi criado. Fui a primeira mulher da pós-graduação.

MM: *Como foi a recepção dos homens?*

GT: Eles foram muito cavalheiros. Sabe o que significa isso? Quer dizer que me receberam bem, pareciam que se preocupavam em cuidar de mim (risos); em me receber bem, em me passar tarefas também.

MM: *Te passar tarefas, né? Serem acolhedores e te passarem tarefas, foi mais neste sentido. Gabriela, gostei muito da entrevista, acho que você deu uma contribuição interessante. Falou da sua trajetória e o*

objetivo era esse mesmo, em entender a sua atuação dentro da área de Ciência Política. Então, neste sentido, vou finalizar a entrevista e te agradeço muito.

GT: Muito obrigada! Sucesso no projeto.